

CARTA DOS EDITORES CONVIDADOS

Caros leitores,

Em conhecida pintura de Henry Chamberlain, *Escravos doentes* (1819-1820), vê-se um grupo de escravos enfileirados diante de um possível comprador ou proprietário no Rio de Janeiro. Imagens de escravos enfermos, vendidos no mercado do Valongo, ou de africanos realizando tratamentos em escravos e libertos nas ruas foram temas também de Debret, Rugendas, Ender e outros viajantes e pintores que produziram gravuras e outras representações iconográficas do Brasil oitocentista. Aqui ou acolá foram produzidas também narrativas sobre o sistema de saúde e as práticas terapêuticas pertinentes à escravidão. Encontram-se indícios em memórias como a de Luís Antônio de Oliveira Mendes sobre a *Escravatura entre a costa d'África e o Brasil*, ou ainda o *Erário mineral* de Luís Gomes Ferreira, entre tantos outros escritos que trataram das agruras enfrentadas pelos africanos, inclusive a alta mortalidade. Imagens, memórias, teses de medicina, registros de boticas, anúncios de jornais, registros de entradas e saídas de hospitais nos fornecem quadros distintos dos múltiplos aspectos da saúde dos escravos no Brasil: discursos sobre costumes e condições de vida, enfermidades de que padeciam, crenças e tratamentos, ritos funerários etc.

No Brasil, um novo campo de estudos sobre saúde e escravidão vem se constituindo há pouco tempo, reunindo análises, problemáticas, modelos teóricos, fontes e perspectivas metodológicas diversas. Embora a temática da escravidão tenha se desenvolvido de forma prolífica nas últimas décadas, com estudos variados e metodologias originais, ainda sabemos pouco sobre como os escravos viviam, quais eram as condições de vestuário e alimentação, doenças, práticas terapêuticas e sistemas de assistência. A partir de abordagens pioneiras nos anos 1980, a produção sobre o tema avolumou-se sob a forma de dissertações, teses, coletâneas, artigos e livros, nos quais os historiadores e outros cientistas sociais têm percorrido ruas e becos das cidades escravistas, visitado os portos de desembarque, os cortiços e *zungus* (como eram chamadas as moradias dos escravos nas cidades) e ainda as senzalas, colocando em evidência doenças, epidemias, mortes, artes de curar, médicos, cirurgiões, feiticeiros, parteiras, ervas, mezinhas e unguentos. Como viviam, adoeciam, eram curados ou morriam os escravos e os libertos, africanos e crioulos, no Brasil? Como os sistemas de saúde e as doenças eram percebidos por fazendeiros, médicos, viajantes, naturalistas, políticos, além dos próprios escravos e libertos?

Esta edição especial de *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* sobre “Saúde e Escravidão” pretende oferecer uma amostra da recente produção acerca do tema. Os estudos de autores brasileiros e estrangeiros aqui apresentados são resultados de estágios diferentes de pesquisa e indicam caminhos e possibilidades a especialistas, neófitos e curiosos que têm interesse em imergir neste fascinante território da historiografia. Os historiadores da escravidão e os da saúde o examinam fazendo uso de diferentes abordagens teóricas e metodológicas e de fontes originais ou já conhecidas, mas reinterpretadas por novos ângulos.

O suplemento *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* inicia-se com estudo de Sílvia Capanema sobre a assistência de saúde na Marinha de Guerra em período imediatamente posterior à abolição: a última década do século XIX e a primeira do século XX. Percebemos como as questões relativas ao corpo, às relações de trabalho e à alimentação dos marujos eram associadas à moral, à saúde e à disciplina.

Seguem-se três estudos, resultados de projeto de pesquisa financiado pelo South-South Exchange Programme for the Research on the History of Development (Sephis)¹. Abordam aspectos da saúde dos africanos nos lugares de origem e na diáspora, atravessando as margens atlânticas entre o Benim, o Caribe e o Brasil. Elisée Soumonni reflete sobre as concepções de doença e saúde no antigo Daomé. Epidemias de varíola e debates sobre o sistema de saúde, a religiosidade africana e suas crenças influenciavam as campanhas de vacinação e os sentidos atribuídos à colonização francesa. Do outro lado do atlântico, no Caribe britânico, transcorriam processos e expectativas semelhantes. O artigo de Rita Pemberton enfoca os debates sobre doenças, controle social e serviços de saúde pública durante a epidemia de cólera, na década de 1850, no contexto de pós-abolição caribenha. A temática epidemias e mortalidade é abordada também no artigo de Kaori Kodama, Tânia Pimenta, Francisco Bastos e Jaime Bellido, que analisam o perfil sociodemográfico dos óbitos registrados durante a epidemia de cólera de 1855 no Rio de Janeiro. A abordagem demográfica está presente igualmente no estudo de Flávio Gomes, que analisa as possibilidades metodológicas de registros paroquiais para deprender padrões de idade, ocupação, parentesco, doença, sexo e preço. O autor mostra as engrenagens do sistema de identificação e classificação dos africanos no tráfico para o Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XIX.

Temos depois um conjunto de artigos sobre enfermidades e práticas terapêuticas. Colocando em evidência o tétano, doença que atingia fortemente os escravos, Ian Read estabelece ricas correlações entre o crescimento exponencial da população no Brasil no final do século XIX e o declínio de casos da enfermidade. Destaque para a documentação das Santas Casas de Misericórdia trazem dois estudos muito interessantes: Beatriz Loner, Lorena Gill e Micaele Scheer examinam as doenças que acometiam os escravos, sobretudo os que trabalhavam nas charqueadas da região de Pelotas, conectando padrões de doenças, tipologias econômicas e relações de trabalho. Já Márcio Couto Henrique aborda a experiência de recolhimento de escravos ao Leprosário do Tucunduba, no Pará, e as estratégias destes para enfrentar a política de segregação a que estavam sujeitos.

As doenças são também analisadas por meio de narrativas dos que eram responsáveis por tratar delas ou entendê-las. André Nogueira analisa a circulação de ideias e imagens sobre as doenças dos escravos através de discursos de médicos e cirurgiões, inclusive em tratados publicados no século XVIII. Investiga assim o sistema de classificação das doenças e as explicações de suas causas em diferentes universos coloniais, com ênfase nos textos dos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho, os do primeiro traduzidos para o português pelo segundo. Karoline Carula, por sua vez, mostra como os discursos médicos assim como os diálogos com leitores e interessados publicados nos jornais associavam escravismo e

¹ Ver <http://www.sephis.org/>.

maternidade de maneira a condenar o uso de amas de leite escravas pela classe senhorial. Maternidade, lar, doença e nação imbricavam-se e adensavam debates e confrontos diários. Rosilene Farias demonstra as possíveis escolhas da população negra por tipos de tratamentos diferentes daqueles propostos pela medicina acadêmica. Seu artigo destaca a atuação de curandeiros e médicos assim como as diferentes percepções de doenças e cura durante a epidemia de cólera em Recife, em 1856. Outras formas de nomear doenças e causas de morte são examinadas no artigo de Eduardo Schnoor. Ao analisar as primeiras décadas do pós-abolição na região da Ilha Grande, sul do Rio de Janeiro, revela as enfermidades que atingiam os ex-escravos e seus descendentes e o modo como eram identificadas nos registros civis.

O último texto deste volume não trata de doenças nem de mortalidade, mas oferece panorama utilíssimo da bibliografia sobre os quilombos. Manolo Florentino e Márcia Amantino discutem a possibilidade de uma morfologia do fenômeno das comunidades de escravos fugidos em uma dimensão hemisférica, mostrando que a historiografia sobre os quilombos vem sendo atualizada, graças a proveitosas investigações arquivísticas e publicações sobre a temática que erodem aos poucos as perspectivas culturalista e marxista sobre os *palenques*, *cumbes* e quilombos. Reduzindo a escala de análise, alguns autores estudam especificamente a mulher quilombola, os sistemas de parentesco de comunidades de fugitivos, a demografia desses grupos e questões relativas às suas identidades.

Enfim, o que ora apresentamos aos leitores é o resultado de um primeiro esforço coletivo em reunir trabalhos dedicados às pesquisas sobre saúde e escravidão no Brasil e em outros países. Esperamos que este número especial possa instigar muitos estudos novos. Boa leitura!

Kaori Kodama
Tânia Salgado Pimenta
Flávio Gomes